A PRÁTICA DOCENTE NO AEE: ENTRE A FORMAÇÃO, IDENTIDADE E OS DESAFIOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Antonia Maria Lima de Sales Vasconcelos[1]
Professora da Rede Municipal de Fortaleza
E-mail: profantoniasv@gmail.com

Resumo

O presente artigo analisa a prática docente no Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Infantil, considerando as dimensões formativas, identitárias e institucionais que permeiam a atuação dos professores que atendem crianças com deficiência desde os primeiros anos de escolarização. Inserida no campo da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, a pesquisa busca compreender como esses profissionais organizam suas práticas pedagógicas e enfrentam os desafios do cotidiano escolar. Adotou-se uma abordagem quantitativa, de natureza descritivo-analítica e interpretativa, com participação de 21 professores do AEE atuantes em Salas de Recursos Multifuncionais vinculadas aos Centros de Educação Infantil da rede municipal de Fortaleza. Os resultados indicam que a efetividade do atendimento especializado depende da articulação entre o AEE e a sala comum, da formação continuada específica, do planejamento colaborativo, do uso de recursos acessíveis e do apoio institucional. Conclui-se que a prática docente no AEE se configura como um processo complexo, atravessado por desafios estruturais e formativos, mas sustentado pelo compromisso ético dos professores com o direito à aprendizagem e à participação das crianças com deficiência.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado; Educação Infantil; Educação Inclusiva; Formação Docente; Prática Pedagógica.

[1] Graduada em Pedagogia em Regime Especial pela Universidade Estadual do Vale Acaraú – UVA, Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional, Especialização em Atendimento Educacional Especializado e Sala de Recursos Multifuncionais. E-mail: profantoniasv@gmail.com.

Introdução

A consolidação da educação inclusiva no Brasil tem promovido transformações nas práticas pedagógicas e na forma como a escola compreende a diversidade. Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) assume papel central ao garantir o direito à aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial, sendo um serviço complementar e suplementar ao ensino comum, voltado à eliminação de barreiras. Na Educação Infantil, esse atendimento adquire especificidades por se articular a uma etapa marcada pelo brincar, pelas interações e pelas experiências.

A prática docente no AEE configura-se como um campo complexo, que exige sensibilidade, conhecimento especializado e articulação com os diferentes sujeitos da escola. Mais do que adaptar atividades, o professor precisa reconhecer as múltiplas formas de aprender das crianças e promover sua participação efetiva. Assim, o AEE não se limita à Sala de Recursos Multifuncionais, mas integra um projeto educativo comprometido com a equidade e o respeito às singularidades.

A oferta do AEE desde a primeira infância, respaldada por documentos normativos, destaca a importância da intervenção precoce para o desenvolvimento integral das crianças com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nesse cenário, o professor do AEE atua de forma estratégica, planejando mediações, organizando recursos de acessibilidade e articulando ações com docentes e famílias, a partir de uma postura ética e investigativa.

Entretanto, essa atuação ocorre em meio a desafios, como lacunas na formação inicial, limitações estruturais e dificuldades de articulação com o ensino comum, fatores que impactam a prática e a identidade docente. Essa identidade se constrói de forma dinâmica, nas experiências, relações e enfrentamentos cotidianos, ampliando a compreensão sobre ensinar e aprender.

Diante disso, investigar a prática docente no AEE na Educação Infantil torna-se fundamental para compreender desafios, estratégias e condições institucionais que atravessam esse trabalho. Este estudo, recorte de uma dissertação de mestrado, analisa o contexto da rede municipal de Fortaleza a partir de quatro eixos: atuação docente, formação e identidade, planejamento pedagógico e trabalho colaborativo.

Assim, evidencia-se que a construção de uma escola inclusiva depende de um movimento coletivo, no qual o AEE se integra à dinâmica escolar e a diversidade é reconhecida como valor educativo, garantindo a todas as crianças o direito de aprender, conviver e participar desde a primeira infância.

Metodologia

Este estudo deriva de uma dissertação de mestrado que investigou a prática docente no Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Infantil da rede municipal de Fortaleza. A pesquisa adotou abordagem quantitativa, de caráter exploratório e descritivo-analítico, com o objetivo de compreender tendências do cotidiano pedagógico dos professores que atuam nesse serviço.

O campo empírico foi composto por unidades da rede municipal que ofertam AEE em Salas de Recursos Multifuncionais vinculadas aos Centros de Educação Infantil. Participaram 21 professores que atuam com crianças com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, com participação voluntária e garantia de anonimato, em conformidade com os princípios éticos da pesquisa.

A produção dos dados ocorreu por meio de questionário estruturado, contemplando aspectos como formação docente, práticas pedagógicas, planejamento, mediações, uso de recursos e tecnologias assistivas, além da articulação entre o professor do AEE e os demais profissionais da escola.

Após a coleta, os dados foram organizados e analisados de forma a identificar regularidades, tendências e aspectos recorrentes, considerando tanto os elementos quantitativos quanto os sentidos pedagógicos expressos nas respostas. A análise foi realizada em diálogo com o contexto institucional da rede municipal e com referenciais da Educação Especial na perspectiva inclusiva.

Assim, a metodologia permitiu compreender como se estruturam as práticas docentes no AEE na Educação Infantil, evidenciando fatores que influenciam sua efetividade, bem como desafios e possibilidades para o fortalecimento de práticas educativas mais inclusivas.

Resultados e Discussão

A prática docente no Atendimento Educacional Especializado (AEE), no contexto da Educação Infantil, constitui-se como um campo de atuação atravessado por múltiplas dimensões formativas, identitárias e institucionais. Trata-se de um espaço pedagógico que exige do professor não apenas domínio técnico sobre recursos e estratégias acessíveis, mas também sensibilidade para compreender as especificidades do desenvolvimento infantil e as singularidades das crianças com deficiência. Nesse cenário, a formação inicial e continuada assume papel central, uma vez que subsidia a construção de saberes teórico-práticos indispensáveis à elaboração de intervenções pedagógicas intencionais, colaborativas e contextualizadas, alinhadas ao direito à educação inclusiva desde os primeiros anos de escolarização.

Ao mesmo tempo, a identidade profissional do docente do AEE é construída e reconstruída no enfrentamento dos desafios cotidianos da escola, tais como a articulação com a sala comum, a escassez de recursos, as demandas institucionais e a necessidade de planejamento colaborativo. Na Educação Infantil, tais desafios se intensificam diante da centralidade do brincar, das interações e das experiências como eixos estruturantes do currículo.

Assim, refletir sobre a prática docente no AEE implica reconhecer tanto os avanços das políticas inclusivas quanto as tensões que ainda permeiam sua efetivação, evidenciando a necessidade de condições estruturais, formativas e pedagógicas que fortaleçam o trabalho docente e assegurem a participação e a aprendizagem das crianças com deficiência em ambientes verdadeiramente inclusivos.

A atuação do professor do AEE na Educação Infantil

Conforme estabelece a Nota Técnica Conjunta nº 02/2015, elaborada pelo Ministério da Educação (MEC) e pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), o Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui-se como um serviço complementar e/ou suplementar ao ensino comum, devendo ser ofertado em todas as etapas da educação básica. Tal diretriz reafirma o direito dos estudantes público-alvo da Educação Especial a uma aprendizagem em condições equitativas, por meio de práticas pedagógicas

intencionais voltadas à eliminação de barreiras, não se restringindo a ações de reforço escolar ou terapêutico.

No contexto da Educação Infantil, o documento destaca a importância da oferta precoce do AEE, reconhecendo seu papel no desenvolvimento integral de crianças com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação. Para isso, torna-se fundamental o planejamento colaborativo entre professores do ensino comum, da Sala de Recursos Multifuncionais e demais profissionais da escola, assegurando práticas inclusivas que respeitem as singularidades infantis. Nessa perspectiva, garante-se o direito das crianças

de 0 a 5 anos ao acesso, permanência e participação em espaços educativos que promovam proteção, dignidade, interação e aprendizagem por múltiplas linguagens (Brasil, 2015, p. 18).

O AEE, nesse cenário, demanda uma atuação sensível, humanizada e pedagógica, na qual o vínculo afetivo se constitui como base para a construção de práticas significativas. A avaliação deve partir das potencialidades da criança, assumindo caráter formativo e compreensivo, orientado à identificação de apoios necessários ao seu desenvolvimento e à qualificação das respostas educativas (Brasil, 2008).

Além disso, a intervenção precoce, sustentada pelas orientações da Nota Técnica nº 02/2015 e pelos aportes da neurociência especialmente o conceito de “janelas de oportunidade”, evidencia a importância de ações planejadas que potencializem o desenvolvimento infantil. Nesse sentido, o AEE deve articular-se ao currículo da Educação Infantil, valorizando o brincar, a interação e as experiências cotidianas como eixos estruturantes da aprendizagem.

No contexto da rede municipal de Fortaleza, o AEE na Educação Infantil é ofertado em creches, Centros de Educação Infantil (CEIs) e escolas, consolidando-se como espaço pedagógico intencional que promove a inclusão desde os primeiros anos de vida. O professor do AEE, em atuação colaborativa com a equipe escolar, orienta práticas, recursos e estratégias que favorecem a participação e o desenvolvimento integral das crianças.

Assim, o AEE reafirma seu compromisso ético e político com a educação inclusiva, ao reconhecer cada criança em sua singularidade e promover condições para sua aprendizagem plena. Sua efetivação, contudo, exige investimento contínuo

em formação docente, suporte institucional e gestão comprometida com a equidade, para que a inclusão se concretize como prática cotidiana.

Formação Docente e Construção Identitária no Atendimento Educacional Especializado

A docência no Atendimento Educacional Especializado (AEE) ultrapassa a aplicação de estratégias adaptadas, exigindo um compromisso ético e político com a inclusão. Trata-se de um saber construído na articulação entre teoria e prática, alimentado pelas experiências formativas e pela convivência com a diversidade. Como destaca António Nóvoa (1995), a identidade profissional se constrói na reflexão sobre a prática e nas interações no exercício docente.

Para assegurar a efetividade do AEE, é essencial compreender as atribuições do professor, conforme a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que prevê a identificação, elaboração e organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras à participação dos estudantes. Esse papel envolve avaliação das necessidades, planejamento de estratégias e articulação com a equipe escolar, consolidando o docente como mediador sensível e reflexivo (Oliveira; Silva, 2014).

Nessa perspectiva, as diretrizes legais devem orientar, mas não engessar a prática. Como afirma Maria Teresa Eglér Mantoan (2006), é necessário ressignificar as normas a partir das vivências com os alunos, promovendo aprendizagens significativas e respeitando as singularidades. Assim, a formação docente assume papel central, não apenas técnica, mas ética e humana, desenvolvendo empatia, escuta e flexibilidade (Silva; Freire, 2020).

A identidade profissional do professor do AEE se constrói continuamente nas experiências, relações e contextos institucionais. Conforme Claude Dubar (2005), trata-se de um processo dinâmico de socialização, enquanto Maurice Tardif (2002) destaca que os saberes docentes são plurais, oriundos da formação, da prática e da trajetória pessoal. Nesse sentido, o professor ressignifica sua atuação na interação com os sujeitos da inclusão.

A formação continuada é elemento estratégico nesse processo, configurando-se como espaço de reflexão, diálogo e reconstrução das práticas. Como aponta Maria Isabel da Cunha Gatti (2008), deve estar ancorada nas demandas reais dos docentes,

promovendo aprendizagens significativas. Além disso, contribui para o fortalecimento da identidade profissional e do trabalho colaborativo.

Entretanto, a atuação no AEE é atravessada por desafios, como limitações estruturais e fragilidade no apoio institucional, que podem impactar a prática e a identidade docente. Selma Garrido Pimenta (2012) ressalta que essa identidade se constrói em meio a tensões do cotidiano escolar, exigindo reflexão sobre as condições de trabalho.

Assim, compreender a docência no AEE implica reconhecer o professor como sujeito ativo, que constrói saberes na prática e atua de forma transformadora. Como afirma Paulo Freire (1996), ensinar é uma forma de intervir no mundo. Nessa direção, investir em formação crítica, colaborativa e contínua é fundamental para fortalecer a identidade docente e consolidar uma educação inclusiva, equitativa e socialmente comprometida.

Planejamento pedagógico, mediações e recursos no AEE

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) configura-se como uma estratégia pedagógica imprescindível no contexto da educação inclusiva, tendo como finalidade complementar e/ou suplementar a escolarização dos estudantes público-alvo da Educação Especial. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), esse serviço deve assegurar condições de acesso, participação e aprendizagem, por meio da eliminação de barreiras educacionais e da oferta de recursos e estratégias adequadas às singularidades dos educandos com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

No contexto da Educação Infantil, a oferta do AEE exige uma abordagem sensível e articulada, considerando as especificidades do desenvolvimento infantil e a centralidade das interações e do brincar no processo de aprendizagem. Nessa etapa, o atendimento deve priorizar práticas lúdicas, acolhedoras e acessíveis, promovendo experiências que favoreçam o desenvolvimento integral da criança desde os primeiros anos de escolarização.

Conforme orienta a Nota Técnica Conjunta nº 02/2015, o AEE deve estar disponível a todos os estudantes público-alvo da Educação Especial, sendo desenvolvido a partir de um planejamento pedagógico que respeite os tempos e

modos de aprendizagem das crianças e que esteja articulado às experiências vividas na sala comum, garantindo uma proposta inclusiva desde a primeira infância (BRASIL, 2015).

Dessa forma, o AEE não se configura como substitutivo da escolarização regular, mas como um serviço que a complementa e a suplementa, com o objetivo de promover equidade no processo de ensino e aprendizagem. Sua função consiste em "identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas" (BRASIL, 2008, p. 15). Nesse sentido, o papel do professor do AEE ultrapassa a adaptação de materiais, envolvendo a elaboração de um planejamento pedagógico individualizado, que considere o desenvolvimento global da criança e as barreiras que dificultam sua participação no contexto escolar.

Os recursos utilizados no AEE, como pranchas de comunicação alternativa, jogos adaptados, materiais táteis, roteiros visuais e tecnologias assistivas, constituem elementos fundamentais do processo pedagógico, favorecendo o engajamento e a aprendizagem dos estudantes. Como afirmam Oliveira e Silva (2014), "os recursos utilizados no AEE não são apenas instrumentos auxiliares, mas parte integrante do processo pedagógico, pois possibilitam experiências significativas de aprendizagem e favorecem o desenvolvimento global do estudante" (p. 93).

Além disso, a atuação do professor do AEE está diretamente relacionada à mediação pedagógica, que exige escuta sensível, conhecimento das singularidades dos estudantes e a construção de estratégias que ampliem suas possibilidades de participação. Inspirada na perspectiva histórico-cultural, essa mediação compreende a aprendizagem como um processo social, no qual a intervenção docente é fundamental para o desenvolvimento dos sujeitos (VYGOTSKY, 2008).

Outro aspecto central refere-se ao trabalho colaborativo entre o professor do AEE, o docente da sala comum e os demais profissionais da escola. Essa articulação é condição essencial para a efetivação de práticas inclusivas, uma vez que possibilita a identificação de barreiras e a construção conjunta de estratégias pedagógicas. Como destaca Mantoan (2006), "a inclusão escolar exige a transformação de toda a escola, e não apenas a criação de espaços específicos para alunos com deficiência" (p. 57).

Assim, o planejamento no AEE deve ser flexível, dinâmico e centrado no estudante, considerando suas potencialidades, interesses e formas de aprender.

Conforme apontam Glat e Blanco (2007), esse planejamento deve ser orientado pelas competências dos alunos, respeitando seus tempos e modos de aprendizagem e promovendo sua autonomia e participação ativa.

Portanto, o Atendimento Educacional Especializado configura-se como um espaço pedagógico de escuta, acolhimento e mediação, que contribui para a construção de práticas educativas mais acessíveis, éticas e inclusivas. Ao articular planejamento, recursos e trabalho colaborativo, o AEE reafirma seu compromisso com a equidade e com a garantia do direito à aprendizagem, promovendo o desenvolvimento integral e a participação ativa dos estudantes desde os primeiros anos de escolarização.

A relação entre o professor do AEE e os demais profissionais da escola

A atuação do professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) insere-se em uma lógica de corresponsabilidade entre os profissionais da escola, superando a ideia de um trabalho isolado. No paradigma da Educação Inclusiva, o AEE apoia a aprendizagem e a participação dos estudantes no ensino comum, exigindo articulação constante com docentes, gestão e equipe pedagógica. Como destacam Glat e Pletsch (2011), a inclusão se constrói na colaboração entre diferentes saberes, garantindo continuidade e coerência nas práticas educativas.

Nesse sentido, o professor do AEE atua como parceiro no planejamento, na adaptação curricular e na mediação pedagógica, contribuindo para práticas inclusivas mais consistentes. Mantoan (2006) reforça que a inclusão se efetiva quando há responsabilidade compartilhada pela aprendizagem de todos. Essa integração favorece uma cultura escolar mais aberta à diversidade, baseada no diálogo, no respeito e na valorização das potencialidades dos estudantes. Para Mittler (2003), a inclusão envolve a qualidade das interações e o compromisso coletivo dos profissionais.

O trabalho colaborativo constitui, portanto, eixo central da inclusão, possibilitando a adaptação de estratégias, a identificação de barreiras e a construção de soluções conjuntas (Glat; Fernandes, 2005; Silva et al., 2020). A articulação com a coordenação pedagógica também é essencial para alinhar o AEE ao projeto político-pedagógico da escola, garantindo coerência nas ações (Mantoan, 2015).

Além disso, a colaboração fortalece vínculos profissionais, amplia a escuta e promove corresponsabilidade, consolidando redes de apoio e práticas mais inclusivas (Revista Praxe Educativa, 2024). Superar a fragmentação entre AEE e ensino comum é fundamental, pois, como afirma Mantoan (2006), a inclusão é responsabilidade de toda a escola. Para isso, são necessários espaços institucionais de diálogo e planejamento coletivo, uma vez que a cooperação precisa ser organizada e valorizada (Perrenoud, 2000).

Assim, o professor do AEE se configura como articulador de práticas inclusivas, contribuindo para transformar a cultura escolar. Como destacam Stainback e Stainback (1999), a inclusão é um modo de viver juntos que valoriza as diferenças, consolidando uma escola democrática, acolhedora e comprometida com a aprendizagem de todos.

Conclusão

A análise da prática docente no Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Infantil evidencia tratar-se de um campo pedagógico complexo, marcado por dimensões formativas, institucionais e relacionais. Esse trabalho exige, além de conhecimentos específicos, sensibilidade para compreender as singularidades do desenvolvimento infantil e os diferentes modos de aprendizagem das crianças.

A prática docente demanda articulação entre formação, planejamento pedagógico, uso de recursos acessíveis e trabalho colaborativo. Embora haja avanços nas políticas inclusivas, ainda persistem desafios, como lacunas na formação específica, limitações estruturais e fragilidades na articulação entre o AEE e o ensino comum.

Apesar disso, os professores demonstram compromisso ético com a inclusão, mobilizando estratégias que favorecem a participação e a aprendizagem das crianças com deficiência. Assim, a efetividade do AEE depende do fortalecimento das políticas públicas, da garantia de suporte institucional e da consolidação de uma cultura escolar colaborativa.

Promover a inclusão na Educação Infantil implica reconhecer cada criança como sujeito de direitos e investir na formação docente, no planejamento colaborativo e na articulação entre os diferentes atores escolares, consolidando a inclusão como prática educativa cotidiana.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SECADI, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. *Nota Técnica Conjunta nº 02/2015*. Orientações para a organização e oferta do Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil. Brasília: MEC/SECADI, 2015.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

DUBAR, Claude. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macedo Varela. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, Rosana (org.). *Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. Da educação segregada à educação inclusiva: uma reflexão sobre paradigmas educacionais. *Revista Inclusão*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 35-44, 2005.

GLAT, Rosana; PLETSCH, Márcia Denise. *Inclusão escolar de alunos com deficiência: políticas públicas, práticas pedagógicas e formação de professores*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

GAT**TI**, Bernadete Angelina. Formação de professores no Brasil: características e problemas. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 29, n. 105, p. 1355-1379, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2015.

MITTLER, Peter. *Educação inclusiva: contextos sociais*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; SILVA, Luzia Guacira dos Santos. Atendimento educacional especializado: concepções e práticas. Curitiba: Appris, 2014.

PERRENOUD, Philippe. *Dez novas competências para ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIMENTA, Selma Garrido. *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez, 2012.

REVISTA PRAXE EDUCATIVA. *Práticas docentes e educação inclusiva*. Ponta Grossa: UEPG, v. 9, n. 1, p. 1-18, 2024.

SILVA, A. et al. Ensino colaborativo e inclusão escolar: práticas pedagógicas no contexto do AEE. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 26, n. 3, p. 1-15, 2020.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. *A formação social da mente*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.